

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acaba de apresentar uma importante contribuição ao debate sobre o futuro da proteção social. O relatório *OECD Pensions Outlook 2026*, com o sugestivo subtítulo *Are We Saving Enough for Retirement?* (Estamos poupando o suficiente para a aposentadoria?), traz uma constatação que merece especial atenção dos formuladores de políticas públicas, reguladores e gestores previdenciários: o mundo acumula volumes crescentes de poupança previdenciária, mas uma parcela expressiva da população ainda não está poupando o suficiente para assegurar renda adequada na aposentadoria.

A publicação oferece evidências consistentes de que o fortalecimento dos sistemas previdenciários depende não apenas do crescimento dos ativos acumulados, mas também da ampliação da cobertura, da regularidade das contribuições, da qualidade dos investimentos, da boa governança e da capacidade de transformar reservas financeiras em renda durante a longevidade.

São conclusões especialmente relevantes para o Brasil, que enfrenta simultaneamente o envelhecimento populacional, as transformações nas relações de trabalho e a necessidade de ampliar o acesso à proteção previdenciária.

Segundo a OCDE, os ativos previdenciários dos países integrantes da organização alcançaram US$ 78 trilhões ao final de 2025, equivalentes a aproximadamente 106% do Produto Interno Bruto (PIB) agregado desses países.

Esse patrimônio apresentou crescimento de 11,3% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo aumento das contribuições e pelos resultados positivos dos investimentos.

O dado revela a extraordinária importância econômica e social da previdência baseada na

acumulação de reservas. Além de financiar aposentadorias, esses recursos representam uma das principais fontes de capital de longo prazo, contribuindo para o desenvolvimento dos mercados financeiros, a inovação, a produtividade e o crescimento econômico.

Entretanto, o relatório evidencia diferenças significativas entre os países. Enquanto oito integrantes da OCDE possuem ativos previdenciários superiores a 100% de seus respectivos PIBs, outros 17 apresentam patrimônio inferior a 20%.

Essa disparidade demonstra que o desenvolvimento da previdência complementar está diretamente relacionado à existência de políticas públicas consistentes, mecanismos adequados de contribuição e instituições capazes de administrar recursos com segurança e eficiência.

Uma das principais conclusões do estudo é que a acumulação de patrimônio, isoladamente, não garante aposentadorias adequadas.

A OCDE identifica lacunas contributivas em praticamente todos os países analisados. Em 17 dos 41 países considerados em uma das comparações, trabalhadores homens com remuneração média precisariam realizar contribuições adicionais equivalentes a pelo menos 10% de seus rendimentos para alcançar os objetivos de renda na aposentadoria estabelecidos na metodologia do estudo.

O problema é ainda mais significativo para determinados grupos. As mulheres apresentam lacunas contributivas superiores às dos homens em 17 países, enquanto os trabalhadores autônomos enfrentam necessidades adicionais de contribuição maiores que as dos empregados em 31 países.

Esses resultados revelam uma realidade que ultrapassa as fronteiras nacionais: os sistemas previdenciários precisam ser redesenhados para acompanhar as transformações demográficas, econômicas e sociais.

A simples expectativa de que os indivíduos, por iniciativa própria, pouparão regularmente durante décadas não tem produzido resultados suficientes.

O estudo demonstra a importância de mecanismos que facilitem a adesão, incentivem contribuições regulares e reduzam as barreiras comportamentais e financeiras que dificultam a formação da poupança previdenciária.

No Brasil, essas conclusões reforçam a relevância estratégica das entidades fechadas de previdência complementar.

Nosso sistema reúne patrimônio da ordem de R$ 1,4 trilhão, constituído ao longo de décadas de contribuições, investimentos e gestão profissional. Trata-se de uma poupança de natureza previdenciária, comprometida com o pagamento de benefícios presentes e futuros.

As EFPC desempenham uma função social singular. São instituições sem finalidade lucrativa, estruturadas para administrar recursos em benefício de seus participantes e assistidos, com horizonte de longo prazo e mecanismos próprios de governança, fiscalização e gestão de riscos.

Entretanto, apesar de sua importância, a previdência complementar fechada ainda alcança uma parcela relativamente pequena da população economicamente ativa.

Esse contraste revela uma oportunidade extraordinária.

O Brasil construiu instituições previdenciárias sólidas e acumulou conhecimento técnico relevante. O desafio agora é permitir que essas capacidades sejam colocadas a serviço de um contingente muito maior de trabalhadores e famílias.

Precisamos avançar de um sistema reconhecido pela qualidade de sua gestão para um sistema igualmente reconhecido por sua capacidade de inclusão.

Um dos aspectos mais relevantes do relatório da OCDE é a identificação das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores autônomos para constituir poupança suficiente para a aposentadoria.

Essa constatação dialoga diretamente com a agenda de inclusão previdenciária defendida pela Abrapp.

Milhões de brasileiros exercem atividades como microempreendedores individuais, profissionais autônomos, trabalhadores informais e prestadores de serviços por plataformas digitais. Muitos não possuem acesso a mecanismos organizados de poupança previdenciária complementar.

As transformações do mercado de trabalho exigem soluções inovadoras, capazes de combinar simplicidade, acessibilidade, flexibilidade contributiva e segurança institucional.

Nesse contexto, o projeto das micropensões representa uma iniciativa estratégica.

A proposta busca desenvolver mecanismos de capitalização previdenciária adaptados à realidade desses trabalhadores, permitindo a formação de reservas individuais mesmo diante de rendimentos variáveis e trajetórias profissionais descontínuas.

A experiência internacional examinada pela OCDE reforça a importância de soluções específicas para diferentes segmentos da população, inclusive mecanismos automáticos de participação e instrumentos digitais que facilitem as contribuições.

Para o Brasil, essa agenda oferece a oportunidade de ampliar a proteção social sem reproduzir modelos concebidos exclusivamente para relações tradicionais de emprego.

A previdência complementar precisa acompanhar o trabalhador ao longo de sua vida, independentemente das mudanças de ocupação, vínculo profissional ou fonte de renda.

Outro ponto fundamental do relatório é a importância da qualidade da gestão dos recursos acumulados.

A OCDE destaca que os rendimentos dos investimentos representam parcela crescente dos recursos disponíveis para financiar aposentadorias, especialmente em horizontes mais longos.

O efeito dos juros compostos amplia a relevância da rentabilidade, dos custos administrativos e das estratégias de investimento ao longo do tempo.

Isso reforça a necessidade de uma regulação prudencial moderna, baseada em riscos, que preserve a segurança dos participantes sem comprometer a capacidade das entidades de desenvolver estratégias adequadas aos seus compromissos previdenciários.

O relatório também destaca a crescente incorporação dos riscos de sustentabilidade aos processos de investimento. Em 41 das 53 jurisdições examinadas, investidores previdenciários ou seguradores estão sujeitos a exigências de integração desses riscos à gestão dos investimentos.

No Brasil, essa discussão precisa considerar a natureza dos passivos previdenciários, a gestão integrada de ativos e obrigações e o dever fiduciário dos administradores.

É fundamental reconhecer que a finalidade principal dos investimentos previdenciários não é a obtenção de resultados financeiros imediatos, mas a geração de recursos suficientes, com segurança e eficiência, para o pagamento de benefícios ao longo do tempo.

O estudo também destaca a importância da informação qualificada, do aconselhamento financeiro e de mecanismos que auxiliem os indivíduos nas decisões relacionadas à aposentadoria.

Poupar para o futuro exige compreender os efeitos do tempo, da regularidade contributiva, da rentabilidade e da longevidade sobre a renda futura.

Nesse sentido, a educação financeira e previdenciária deve ser tratada como uma política pública estruturante, iniciada preferencialmente na formação escolar e desenvolvida ao longo de toda a vida.

A Abrapp tem defendido o fortalecimento dessa agenda, inclusive por meio do apoio a iniciativas legislativas destinadas à inserção da educação financeira e previdenciária no ensino fundamental e médio.

Paralelamente, estamos empenhados na construção de uma nova narrativa para a previdência complementar, com linguagem mais simples, comunicação acessível e maior aproximação com a sociedade.

Precisamos mostrar que a previdência complementar não é um produto destinado exclusivamente a determinados grupos profissionais ou faixas de renda. É um instrumento de proteção social, planejamento financeiro e construção de segurança para o futuro.

As conclusões da OCDE apontam para uma agenda que deve mobilizar o Estado, as entidades previdenciárias, as empresas e a sociedade.

O Brasil precisa ampliar o acesso à previdência complementar, desenvolver mecanismos inovadores de contribuição, fortalecer os incentivos à poupança de longo prazo, aprimorar a governança e assegurar um ambiente regulatório estável e adequado às características da atividade previdenciária.

A Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Previdência Complementar Fechada constitui um importante espaço institucional para o desenvolvimento dessa agenda, particularmente no debate sobre inclusão previdenciária, educação financeira, aperfeiçoamento regulatório e proteção da poupança de longo prazo.

A Abrapp continuará contribuindo com propostas, estudos e iniciativas voltadas à expansão sustentável do sistema, em articulação com os poderes públicos, os órgãos reguladores e os diversos segmentos da sociedade.

A mensagem central do relatório da OCDE é clara: não basta que os sistemas previdenciários acumulem mais recursos. É necessário que mais pessoas tenham acesso à poupança previdenciária e que essa poupança se transforme em renda adequada durante a aposentadoria.

Para o Brasil, essa reflexão deve representar um chamado à ação.

Temos instituições, conhecimento técnico, experiência acumulada e capacidade de gestão. Precisamos transformar esses atributos em instrumentos de expansão da cobertura previdenciária e de redução das desigualdades de proteção social.

Afinal, o verdadeiro sucesso de um sistema previdenciário não deve ser medido apenas pelo patrimônio que administra, mas, sobretudo, pela quantidade de pessoas que protege e pela qualidade dos benefícios que proporciona.

A previdência complementar existe para pagar benefícios. E o nosso compromisso deve ser fazer com que essa proteção alcance um número cada vez maior de brasileiros.

**** Diretor-Presidente da Abrapp***

Fonte: OCDE (2026). OECD Pensions Outlook 2026: Are We Saving Enough for Retirement? OECD Publishing, Paris. https://doi.org/10.1787/a51aa775-en

Fonte: Abrapp em Foco, em 09.11.2026